Proc. TC-017.077/2015-0
Tomada de Contas Especial

PARECER

Trata-se de Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Benedito Lopes da Silva contra o Acórdão 4.840/2016–2ª Câmara, por meio do qual o TCU julgou irregulares as suas contas, imputando-lhe débito e cominando-lhe multa proporcional ao dano.

A Serur propõe conhecer do apelo e no mérito dar-lhe provimento parcial, no sentido de tornar insubsistente o subitem 9.3 do acórdão recorrido, em face da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva.

Ao tempo em que concordamos com a unidade técnica, entendemos necessário fazer dois breves registros.

Relativamente à alegação do recorrente acerca dos efeitos do tempo decorrido, buscando que suas contas sejam tidas por ilíquidas, calha transcrever registro fático da primeira instrução dos autos (peça 4):

“Verifica-se que o interstício entre a data de ocorrência das irregularidades geradoras do dano ao erário e as notificações válidas do responsável ocorreu em prazo inferior a dez anos (peça 1, p. 336 e peça 2, p. 89-91). Em tais circunstâncias não há óbice ao estabelecimento regular do contraditório, considerando o parâmetro estabelecido no art. 6º, inciso II, da Instrução Normativa TCU 71/2012”

No tocante à prescrição da pretensão punitiva, nossa manifestação anterior nos autos, antes mesmo da prolação do Acórdão 1.441/2016-Plenário – mediante o qual a Corte definiu que a referida prescrição subordina-se ao prazo de dez anos – foi por sua incidência no caso vertente.

O registro adicional que temos por conveniente fazer nesta oportunidade, à luz dos parâmetros que ampararam nossa manifestação anterior, é que a Corte estabeleceu, na mencionada deliberação, que a prescrição é contada a partir da data de ocorrência da irregularidade sancionada e que **o ato que ordenar** a citação, a audiência ou oitiva da parte **interrompe a prescrição**, nos termos do art. 202, inciso I, do Código Civil.

Assim, consultando as peças processuais, verificamos que o ato que ordenou a citação se deu em 12/11/2015, conforme peça 6, ultrapassando mais de dez anos após a última ocorrência tida por irregular, praticada em 2/12/2003, confirmando-se, assim, a prescrição para a aplicação de sanção pela Corte de Contas.

Com essas considerações, acompanhamos a proposta da Serur.

Ministério Público, em 23 de fevereiro de 2017.

(Assinado Eletronicamente)
Marinus Eduardo De Vries Marsico
Procurador